

**SANTA CATARINA NO PROGRAMA DE
REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO (PRT): UMA
REFLEXÃO A PARTIR DO MAPA DO TURISMO
BRASILEIRO 2022**

12

SILVA, Daiko Lima e

Turismólogo do Estado de Santa Catarina. Graduado em Turismo e Hotelaria; Especialista em Controle da Gestão Pública Municipal; Mestre em Administração; e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisador do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional e do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo - GCET (UFPB).

SCHMITT, Isabela Guesser

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina. Arquiteta e Urbanista, docente na UNISUL. Pesquisadora do CIDAPOl_lab (Laboratório de Estudo, Ensino e Pesquisa em Ciência da Política).

GAIO JÚNIOR, Airton

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduado em Processamento de Dados (FATEC), Especialista em Geoprocessamento (UNINTES), Mestre em Informática (UFAM), docente no Instituto Federal do Acre.

HERCULAN, Henrique Campião

Doutorando do Programa de Pós graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisa Ecológica de Longa Duração - Sistema Estuarino Lagunar (PELD - SELA). Pesquisador do LEAC do Centro de Educação Superior da Região Sul. Gestão Pesqueira, Conhecimento Tradicional e Lagoas Estuarinas.

SANTA CATARINA NO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO (PRT): UMA REFLEXÃO A PARTIR DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2022

Daiko Lima e Silva
Isabela Guessier Schmitt
Airton Gaio Júnior
Henrique Campião Herculan

A pesquisa parte da premissa de que analisar a configuração atual do Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina contribui tanto na perspectiva acadêmica, quanto gerencial, podendo ainda auxiliar nas reflexões sobre a atual organização da gestão pública do turismo a partir do território catarinense.

Portanto, trata-se de uma tarefa complexa e relevante, com potencial de auxiliar na avaliação da efetividade dos esforços empreendidos pelo poder público no planejamento territorial do turismo, nos projetos turísticos, e inclusive, na aplicação dos recursos públicos voltados ao desenvolvimento turístico.

O Estado de Santa Catarina, objeto desta análise, se localiza na Região Sul do Brasil, entre os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1 – Mapa Brasil com marca em Santa Catarina.



Fonte: IBGE, 2022.

Ainda segundo o próprio IBGE (2022), Santa Catarina possui 295 municípios, distribuídos em uma área territorial de 95.730,690 km², contando com uma população estimada em 7.338.473 pessoas, um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em R\$ 323.264 milhões e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,774. Tais dados ilustram a complexidade envolvida na amostra desta investigação.

Passando a refletir sobre as Políticas Públicas de Turismo na esfera federal, alguns fatos merecem destaque, como a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) na década de 60, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) na década de 90, e do Ministério do Turismo (MTur) em meados dos anos 2000 (LIMA e SILVA, CEMBRANEL e RITA, 2022).



Ampliando a reflexão sobre o planejamento territorial do turismo na esfera federal, Virginio e Ferreira (2013) destacam que o MICT lançou em 1994 o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), objetivando interiorizar a atividade com enfoque em seus esforços na Gestão Municipal do Turismo, estendendo-se até 2002.

Enquanto Fernandes, Soares e Coriolano (2020), complementam que o PNMT foi um dos primeiros esforços que orientaram a institucionalização de conselhos, planos e fundos municipais de turismo, destacando a importância do planejamento turístico pautado na participação da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e do poder público, consolidando-se como um importante marco na história do setor (FERNANDES, SOARES e CORIOLANO, 2020).

Todavia, com a criação do MTur, essa lógica focada no incentivo à Gestão Municipal do Turismo passou por uma reavaliação, fazendo surgir, em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) que tem por objetivo fomentar o planejamento descentralizado e compartilhado, com focalização territorial e regional, ainda em vigência atualmente e sendo trabalhado por meio dos Estados, das Regiões Turísticas e suas Instâncias de Governança Regionais (IGR's), além dos Municípios (MTUR, 2022).

Desta forma, o estudo objetiva compreender como se encontra a organização do Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina no ano de 2022, importante ferramenta do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do MTur.



Na pesquisa, adotou-se a Governança Turística como prática da descentralização do poder por parte da gestão pública, favorecendo o processo democrático na gestão e execução de tarefas, com isso, tendo relevância global. Logo, trata-se da descentralização estatal na organização e no compartilhamento de autoridade (FERNANDES, SOARES e CORIOLANO, 2020).

Contextualizando parte do desenrolar temporal da gestão pública do turismo na esfera federal, cabe evidenciar que o problema de pesquisa busca responder a seguinte pergunta: “Como se encontram organizadas as Regiões Turísticas de Santa Catarina no do Mapa do Turismo Brasileiro em 2022”?

Por fim, reitera-se a crença de que a investigação contribua tanto com a perspectiva acadêmica, quanto gerencial e social, com o intuito de compreender os aspectos atrelados à organização da gestão pública do turismo e ao planejamento territorial a partir da última atualização do PRT, em 2022.

Fundamentação Teórica

Neste tópico, serão apresentadas parte das investigações publicadas nos últimos cinco anos sobre as temáticas de Turismo, Políticas Públicas, Governança Turística e Regionalização do Turismo, a contar de pesquisas revisadas por pares de bases de dados indexadas, as quais objetivam dar sustentação no que tange à fundamentação teórica com base



em evidências científicas estruturadas através de uma revisão sistematizada e à discussão de resultados.

Sendo assim, complementada por pesquisa exploratória qualitativa em bases mais amplas, como o *Google Acadêmico*. Afinal, segundo Tranfield, Denyer e Smart (2003), é fundamental para o avanço do conhecimento que se avaliem as evidências científicas de maneira sistematizada, transparente e reproduzível.

Nesse sentido, cabe iniciar as discussões teóricas apresentando parte das políticas públicas de planejamento turístico no Brasil, a partir do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

O PRT foi lançado em abril de 2004 e se constitui em uma política pública do governo federal dentro de um âmbito territorial, que se encontra no Plano Nacional do Turismo, estabelecido pela Lei 11.771/2008, em que se determinou como Macroprograma Básico a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”. Tendo como base as recomendações da Organização Mundial de Turismo (OMT), o Ministério do Turismo (MTur) adotou essa política focada no desenvolvimento regional (ZAGHENI, 2011).

O Programa tem como premissa básica a descentralização e a regionalização do turismo, com olhar para o planejamento territorial coordenado e participativo, que repercute positivamente nos resultados socioeconômicos do território (ZAGHENI, 2011). Além disso, trabalha com a convergência e interação de todas as ações desempenhadas pelo



Ministério do Turismo com os Estados, as Regiões e os Municípios brasileiros (MTUR, 2013).

Após quase 10 anos de funcionamento do PRT, em 2013, ele passou por uma avaliação participativa em âmbito nacional. Nesse momento, o Programa de enfoque territorial foi reformulado e foram definidas novas diretrizes (Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013), sendo elas: abordagem territorial, integração e participação social, inclusão, descentralização, sustentabilidade, inovação e competitividade; diretrizes essas que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios.

Todavia, atualmente vem ocorrendo uma nova reflexão geral sobre esta Política Pública por parte do MTur, que contratou a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para realizar um Estudo Técnico do PRT, apontando aspectos a serem considerados em uma nova atualização do Programa, inclusive com a definição do papel de cada partícipe nas diferentes esferas (União, Estados, Macro-Regiões, Regiões e Municípios).

Quanto a relação entre turismo e território, Candiotto e Santos (2009) o turismo é uma atividade que transpassa diversos territórios já constituídos, e tem a capacidade de modificar e criar novos territórios e territorialidades. Segundo os autores, a participação do Estado para sua institucionalização, bem como, a regulação do “território turístico” é essencial para o alcance de bons resultados.



O fato é que a atividade turística interfere diretamente na produção do espaço e constitui um processo frequente de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade (SOUZA, 2009; GOMES; MARCUSSO, 2022). Para Gomes e Marcusso (2022), o território turístico configura-se como fruto das relações de poder e de uso entre o setor público, privado e a sociedade.

Nesse contexto, os territórios do turismo consistem no somatório dos territórios apropriados pelos turistas, agentes de mercado, poder público, trabalhadores da atividade turística e população local, através de movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O “território turístico” sobrepõe-se a outros territórios, como por exemplo, de atividades comerciais, residenciais, industriais, agropecuárias, institucionais, entre outros, os quais podem ou não estar presentes na mesma unidade político-administrativa ou em um mesmo espaço físico (CANDIOTTO; SANTOS, 2009). Esses aspectos reforçam a importância das Regiões Turísticas (RT's).

Os territórios turísticos são complexos, justamente por englobarem de um lado a população residente e local, e do outro, o turista. Gomes e Marcusso (2022) alertam sobre a possibilidade de artificialização do território através do turismo, promovido pela articulação entre Estado e mercado sobre o espaço, também podendo resultar na gentrificação.

Costa e Lima (2018) destacam a complexidade da gestão de áreas territoriais dos destinos receptores de turistas em função dos fatores internos e externos de um território. Com isso, reitera-se a importância da



atividade para o planejamento e desenvolvimento urbano e regional, além de sua influência nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental desses territórios.

A Agenda 21 (UN, 1992) por exemplo, estabelece o turismo como estratégia prioritária para o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas e rurais (COSTA e LIMA, 2018). O conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) também se insere nessa lógica, a partir de uma gestão racional do ambiente, que tem como foco o território e a distribuição de atividades produtivas locais (PECQUEUR, 2004).

O fortalecimento da atuação de conselhos e associações civis, em espaços de disputas de poder, objetivando participar da formulação de políticas públicas de turismo, faz parte da inserção do termo governança turística na política de turismo brasileira, ou seja, trata-se de uma forma da sociedade civil organizada exercer seu poder (FERNANDES; SOARES e CORIOLANO, 2020).

Coutinho e Nóbrega (2019) corroboram com a ideia da potencial contribuição do turismo para a sustentabilidade dos territórios, abordando o papel da governança turística na promoção da cooperação e legitimidade da participação social nas decisões públicas envolvendo o turismo.

Enquanto para Xavier, Totti e Raddatz (2020), a governança é um instrumento facilitador da colaboração, através do qual são estabelecidos princípios e regras, onde os atores econômicos, sociais e políticos podem interagir e cooperar entre si. Em um maior nível de organização do PRT,



esse processo cooperativo se institucionaliza através de uma Instância de Governança Regional (IGR).

Todavia, essas IGR's devem ser constituídas por meio de “conscientização, mobilização, identificação e formação de atores com representação nos municípios da região turística” (BANTIM e FRATUCCI, 2019). Por fim, percebe-se que o processo de governança tem muito a caminhar ainda, principalmente no trabalho conjunto dos atores frente às decisões e ações para o setor, e conseqüentemente, na promoção de um maior equilíbrio de representatividade e participação, fortalecendo o capital social dos territórios turísticos.

Procedimentos Metodológicos

Considerando que o objetivo da investigação consiste em compreender parte das transformações provocadas pelas novas regras do PRT, a partir da Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021, com base na área territorial de Santa Catarina, pretende-se identificar como a normativa impactou na configuração do Mapa do Turismo Brasileiro de 2022.

Nesse sentido, procurou-se construir essa reflexão por meio da realização de pesquisa com características qualitativa, bibliográfica, documental, descritiva e exploratória, acreditando ser a estratégia mais adequada para trabalhar questões tão complexas e sensíveis.

Para tanto, a pesquisa foi organizada em três etapas distintas: uma revisão sistematizada, uma pesquisa documental e um aprofundamento



exploratório em investigações sobre a Regionalização do Turismo em Santa Catarina.

Na primeira etapa, procurou-se identificar, por meio de revisão sistematizada, investigações publicadas nos últimos cinco anos que tivessem relação direta com as temáticas de Turismo, Políticas Públicas, Governança Turística e Regionalização do Turismo, nas bases de dados Scopus, EBSCO e Scielo (com interface da plataforma *Web of Science*) via acesso CAFE/UEDESC.

Os termos de busca foram utilizados, exclusivamente, no idioma português, tendo o termo “AND” como operador *booleano*. A discriminação das palavras-chave selecionadas para a revisão sistematizada e os resultados obtidos constam a seguir, na tabela 1 - Relação de termos de busca, operador booleano e nº de artigos.

Tabela 1 - Relação de termos de busca, operador *booleano* e nº de artigos.

Palavra-chave	Operador Booleano	Termo Complementar	Nº de Artigos
Turismo	AND	Políticas Públicas	146
	AND	Regionalização	09
	AND	Governança	35

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A combinação da palavra-chave com o operador *booleano* (AND) e os termos complementares, possibilitou identificar, junto às bases de dados mencionados, um total de 190 artigos revisados por pares, destacando que a busca se limitou ao que foi produzido nos últimos cinco anos, ou seja, desde 2017.



Diante desse universo de pesquisa, com uma avaliação preliminar qualitativa dos títulos e das palavras-chave de cada uma das 190 investigações, foram analisados um número de 88 artigos que tiveram seus resumos examinados. Após a leitura do resumo desses trabalhos, incluiu-se somente os artigos que: a) o objetivo da publicação estava relacionado com a temática abordada; e b) atenderam objetivos e delimitações da metodologia semelhantes à presente investigação.

Feita a triagem conforme a aplicação dos critérios de exclusão, a pesquisa chegou a um número total de 23 artigos selecionados para uma análise mais detalhada. Contudo, visando dar suporte ao tema relacionado à aplicação das novas regras do PRT no Estado de Santa Catarina, percebeu-se também que pouco havia sido mapeado de discussão específica sobre esse recorte (Regionalização do Turismo em Santa Catarina). Tal evidência fez com que a investigação fosse ampliada, surgindo então, a pesquisa documental e a pesquisa exploratória.

Com a pesquisa documental, realizou-se a análise temporal das transformações na organização do Turismo em Santa Catarina a partir do PRT 2022, assim como, as mudanças ocorridas no Mapa do Turismo Brasileiro e as variadas composições das Regiões Turísticas catarinenses ao longo do tempo, em termos quantitativos. Para tanto, a coleta de dados se fundamentou em páginas na internet de instituições relacionadas ao turismo.

Nesse sentido, merece destaque a página do Ministério do Turismo, que contribuiu significativamente com a coleta de dados sobre o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), evidenciando seu



importante papel de implementador do programa. Além da página do MTur, também é possível destacar a página da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina - Fecomércio, entre outras fontes de dados documentais.

Como mencionado, o recorte temporal da pesquisa contempla a análise a partir de 2009, chegando até sua última atualização, regradada pela Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021. Por fim, foi realizada uma pesquisa exploratória sobre a Regionalização do Turismo no Estado de Santa Catarina. Para isso, buscou-se artigos em duas bases de dados: Periódicos CAPES e *Google Acadêmico*, com a seguinte *string* de busca: “Regionalização do Turismo” AND “Santa Catarina”.

O critério de inclusão se deu através dos artigos de anais de congressos e periódicos, enquanto os critérios de exclusão, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Após esse primeiro filtro de leitura, selecionou-se apenas os artigos que tratam sobre o processo de Regionalização do Turismo em Santa Catarina. Os artigos que não abordavam essa temática foram excluídos da grade de leituras. Ao todo, foram selecionados 12 artigos, que tiveram de informações analisadas: o título, autores, ano, base de dados, objetivo, metodologia e resultados.

Discussão de Resultados

Inúmeros dados foram coletados a partir dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação, possibilitando a elaboração da discussão de resultados em diferentes perspectivas. Assim, esta etapa da



pesquisa é organizada nos seguintes eixos: Discussões teóricas sobre o PRT em Santa Catarina; Aspectos gerais sobre as Regiões Turísticas Catarinenses; e a Configuração do Mapa do Turismo Brasileiro 2022 em Santa Catarina.

Discussões Teóricas sobre o PRT em Santa Catarina

O Turismo é uma área que movimenta a economia de forma significativa, viabilizando oportunidades de trabalho em comércio e serviços, investimentos públicos e privados em infraestrutura, entre outros impactos. Natário *et al.* (2019), reconhecem o Turismo como um dos setores-chave do desenvolvimento dos países e uma importante fonte de rendimento, emprego e criação de riqueza, com impacto ao nível social, econômico e ambiental.

Inicialmente, a investigação buscou identificar o que vem sendo produzido cientificamente a respeito da Regionalização do Turismo no Estado de Santa Catarina e com isso, adotou como estratégia a pesquisa exploratória, sendo selecionados ao todo, 12 artigos que tratam sobre essa temática.

Ao realizar a análise destes estudos, percebeu-se que a metodologia empregada na maior parte deles, também envolveu pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e pesquisa documental, utilizando para coleta de dados, por exemplo, páginas oficiais na internet de Secretarias de Turismo Municipais, Estaduais e também da União.



Percebeu-se ainda, que parte dos artigos selecionados teve como objetivo apresentar a evolução do processo de categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro em determinados períodos (ARNHOLD JUNIOR et al., 2018; ANJOS, ANDRADE, 2020; FONSECA et al., 2019).

Em geral, os autores identificaram que a maior parte dos municípios das categorias A e B estão localizados no litoral, enquanto os de categoria C, D e E estão concentrados no interior do Estado catarinense.

Dado este, que denota um crescimento desigual do setor turístico em Santa Catarina (litoral *versus* interior), podendo evidenciar aspectos como uma maior concentração de esforços públicos e privados no litoral, potencial de fomento ao Turismo Interno e aos Destinos Turísticos do interior, entre outras questões.

Os estudos evidenciaram que são poucas as ações em prol da efetivação da Regionalização do Turismo (PRT) em SC e que as políticas propostas pelo Ministério do Turismo acabam sendo as que se tentam implementar. Dreher e Salini (2009) destacam que são raras as políticas públicas de turismo que realmente abordam e regem a regionalização como foco de suas diretrizes, no entanto, os atores do setor reconhecem sua importância na elaboração destas políticas.

Destaca-se ainda, que se evidencia a necessidade do Estado de Santa Catarina formular e instituir regras gerais para a implementação efetiva do PRT em seu território, aspecto em que outros Entes Federativos já evoluíram consideravelmente.



Neste sentido, identificou-se a existência de discussões sobre a relação entre o turismo e o planejamento territorial (HONORIO; ROCHA, 2020; SEVERINO; TOMASULO, 2012). Verificou-se também que o turismo necessita estar amparado por instrumentos legais, principalmente nos casos onde há proteção de recursos ambientais (HONORIO, ROCHA, 2020).

Além do relevante papel da legislação nas ações do turismo, Severino e Tomasulo (2012), reforçam que o planejamento estratégico do turismo precisa melhorar no Estado. Assim, estão dentre os principais problemas apontados pelos autores: a escassez de recursos para o setor, o ainda baixo investimento no setor por parte da iniciativa privada e a carência de participação popular na formulação e implementação das ações voltadas ao turismo.

Em síntese, constatou-se que no campo da turismologia, as pesquisas sobre a Regionalização do Turismo no Estado de Santa Catarina estão divididas nas seguintes temáticas predominantes: 1. Evolução do processo de categorização dos municípios no Mapa do Turismo; 2. Estudos de caso sobre a regionalização em determinados Destinos Turísticos; 3. Análises sobre o processo de governança; e 4. Articulação entre o turismo e o planejamento territorial.

Aspectos Gerais sobre as Regiões Turísticas Catarinenses

É fato que o Brasil é um país múltiplo, complexo, diverso e com grandes potencialidades. Características que se intensificam quando tratamos de turismo. Assim, compreender e aceitar essa multiplicidade é



uma das formas de conhecê-lo por inteiro. Por suas grandes dimensões, o país não admite um olhar geral, único, que não interaja com as diferenças.

É preciso confrontar diversas ideias, necessidades e demandas da sociedade nas esferas nacional, regional, estadual e local. Sendo que esse foi o caminho adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que considera esse país plural e heterogêneo (MTur, 2013).

Como visto anteriormente, após a criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, o PRT foi lançado em 2004, sendo fundamentado pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, também conhecida como Lei Geral do Turismo.

Destaca-se ainda, que a Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, estabeleceu o Mapa do Turismo Brasileiro, instrumento de orientação para as políticas públicas no território nacional. Enquanto a Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013 instituiu o PRT.

Com isso, é possível afirmar que, em 2022, ocorreu a mais recente atualização do Mapa do Turismo Brasileiro por parte do MTur. Ocorrendo também, mudanças impactantes na normatização do PRT. Sendo que, ao longo do ano, ainda se percebeu a intenção de promover mudanças na configuração do Mapa em Santa Catarina, o qual tende a sofrer acréscimo no número das atuais 13 Regiões Turísticas (RT's).

Dadas as variadas características dos 295 municípios catarinenses com relação à geografia, economia, cultura, infraestrutura, serviços turísticos, entre outras, o PRT atualmente organiza o território de Santa



Catarina em 13 Regiões Turísticas, as quais são brevemente apresentadas na tabela 2 - Regiões Turísticas Catarinenses.

Tabela 2 - Regiões Turísticas Catarinenses.

Região Turística	Características da Região
Caminhos do Contestado	Tem importante valor histórico em função da Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX, com destaque para Porto União e Caçador.
Vale Europeu	Localizada no Vale do Itajaí, abriga cidades com forte herança de colonizadores alemães e italianos, como as famosas Blumenau, Pomerode e Indaial.
Grande Oeste	Tem o Turismo Rural, o Ecoturismo e a Gastronomia como destaque, além dos municípios de Xanxerê e Chapecó, principal centro urbano e econômico.
Caminho dos Príncipes	Possui paisagens litorâneas e rurais, abrigando Joinville (uma das principais cidades do Estado), além de São Francisco do Sul e Corupá.
Caminhos da Fronteira	Faz fronteira com Rio Grande do Sul, Paraná e Argentina. Possui potencial para Ecoturismo e Esportes de Aventura, tendo Dionísio Cerqueira como destaque.
Fórum Turístico de Regionalização do Turismo Encantos do Sul	Abriga destinos turísticos como a histórica Laguna, além do Ecoturismo, do Termalismo e dos Esportes de Aventura, em Garopaba, Gravatal, entre outros.
Caminho dos Canyons	Colonizada por italianos, alemães e portugueses, abriga o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, destacando-se Araranguá, Praia Grande, entre outras.
Vale das Águas	Um destaque é a Cachoeira Salto Saudades em Quilombo, outro é o termalismo de Águas de Chapecó, além do Turismo Religioso em Caibi.
Serra Catarinense	Sede dos primeiros hotéis-fazenda do Brasil: destaca-se no Turismo Rural, com municípios como Urubici, São Joaquim e Urupema.



Grande Florianópolis	Possui opções como termalismo, turismo religioso, paisagens rurais e belíssimas praias, como as de Governador Celso Ramos, Palhoça e Florianópolis.
Costa Verde & Mar	Com águas verde-esmeralda, destacam-se cidades como Balneário Camboriú, Bombinhas e Itapema. Além de variados serviços, inclusive parque temático.
Caminhos do Alto Vale	Com vocação para Ecoturismo, Agroturismo e Esportes de Aventura, encanta por sua natureza, com destaque para Agrolândia, Ituporanga, entre outros.
Vale dos Imigrantes	Tem na natureza, nas águas termais e na cultura suas fortes vocações, com destaque para municípios como Fraiburgo, Piratuba, Treze Tílias, entre outros.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em SANTUR (2022).

De acordo com o breve resumo de cada uma das regiões turísticas, é possível afirmar que a Regionalização do Turismo Catarinense tem o importante desafio de organizar e planejar a atividade turística a partir de determinada área territorial, estimulando a implementação de políticas públicas com base nas dinâmicas de planejamento regional, buscando fortalecer a atividade nas diversas regiões de Santa Catarina e valorizando o capital social e o mosaico cultural que lhe são característicos.

A Configuração do Mapa do Turismo Brasileiro 2022 em Santa Catarina

Como relatado, em 2022 ocorreu uma nova atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, mantendo o mesmo número de Regiões Turísticas em Santa Catarina. Mas, trazendo alterações significativas no PRT por meio da Portaria MTUR nº 41, de 24 de novembro de 2021, que



Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste (ANJOS e ANDRADE, 2021, p. 5)

Dentre as principais mudanças nas regras do PRT a partir da nova Portaria, destaca-se a possibilidade contínua de ingresso no Mapa por parte dos Municípios e Regiões, possibilitando o trabalho contínuo dos interlocutores estaduais e regionais junto aos territórios, uma vez que, anteriormente, essas mudanças ocorriam em lacunas específicas de tempo. Na Figura 2, apresenta-se a distribuição dos municípios nas 13 Regiões Turísticas até meados de 2022 (primeiro semestre), momento da coleta de dados desta investigação.

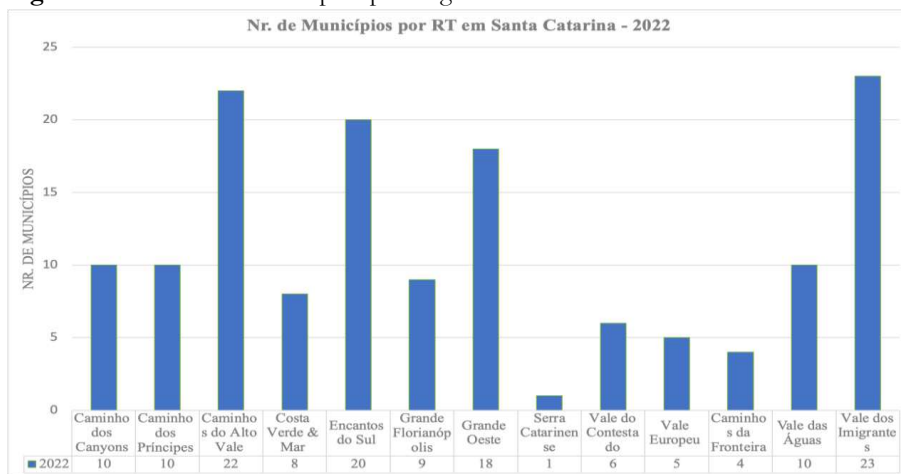
Conforme os dados analisados, percebeu-se que a Região Turística com maior número de municípios incluídos no PRT, até então, foi a do Vale dos Imigrantes, com um total de vinte e três municípios, ou seja, 16% dos participantes. Por outro lado, a Região da Serra Catarinense incluiu somente um município no lançamento do Mapa 2022, em 28 de março de 2022, representando apenas 1% dentre os municípios participantes da Região Turística Serra Catarinense.

Os Caminhos do Alto Vale apresentam 15% da totalidade dos municípios, seguida da Região denominada Encantos do Sul com 14%, incluindo vinte municípios. As Regiões Turísticas Caminho dos Canyons, Caminho dos Príncipes e Vale das Águas estão equiparadas em número de municípios, representando 7% cada.



Já as Regiões da Grande Florianópolis e da Costa Verde & Mar representam 6% e 5% respectivamente, em número de municípios. Por fim, com uma média aritmética de 5% em número de municípios, aparecem as Regiões do Vale do Contestado, do Vale Europeu e do Caminhos da Fronteira.

Figura 2 - Número de Municípios por Regiões Turísticas em Santa Catarina em 2022.



Fonte: Mapa do Turismo - MTur, 2022.

Com a análise do número de municípios por RT, percebeu-se que apesar das variações sofridas nos quantitativos das composições de municípios catarinenses no PRT ao longo dos anos, essa política pública vem se consolidando no território catarinense, apresentando importante potencial de contribuição ao planejamento e ao desenvolvimento territorial do turismo.

Outro elemento importante para esta análise das transformações do Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina é o instrumento instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, que define critérios para a categorização dos municípios que compõem as áreas



demonstradas no Mapa do Turismo em cinco letras (Figura 3): A, B, C, D, e E.

As referidas categorias têm relação direta com a economia do turismo, sendo composto por uma cesta de variáveis advindas de diferentes fontes. Dentre estas variáveis destacam-se: a) Quantidade de estabelecimentos de hospedagem; b) Quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; c) Quantidade estimada de visitantes domésticos; d) Quantidade estimada de visitantes internacionais; e e) Arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem (MTur, 2022).

Tabela 3 - Valor percentual por categoria turística do Estado de SC em 2022.

Regiões	Categorias (%)				
	A	B	C	D	E
Caminho dos Canyons	0	0	18	64	18
Caminho dos Príncipes	0,3	0,7	18	63	18
Caminhos do Alto Vale	0	0	4	63	33
Costa Verde & Mar	7	7	12	52	22
Encantos do Sul	5	13	11	52	19
Grande Florianópolis	6	11	11	56	16
Grande Oeste	4	10	10	56	20
Serra Catarinense	4	10	10	56	20
Vale do Contestado	0	0	12	62	26
Vale Europeu	3	9	13	55	20
Caminhos da Fronteira	0	0	0	80	20
Vale das Águas	4	9	10	58	19
Vale dos Imigrantes	3	8	13	55	21

Fonte: Mapa do Turismo do MTur, 2022.



Em relação ao ano de 2022 (Tabela 4), percebe-se que as Regiões Vale do Contestado, Caminhos do Alto Vale e Caminho dos Canyons não possuem categorias A e B, bem como, a Região Turística Caminhos da Fronteira, que além de não possuir essas duas categorias, também não conta com a categoria C. É nítido ainda, que em relação a todas as Regiões do PRT, a categoria D é a que contém os maiores percentuais de municípios participantes, ou seja, a maior parte dos municípios catarinenses pertencem a esta categoria.

Vale ressaltar que se retirarmos do cálculo da categoria D a Região Caminhos da Fronteira, a qual apresenta um percentual de 80%, destoando das demais regiões nesta mesma categoria, temos a média de 56% dos municípios na categoria D.

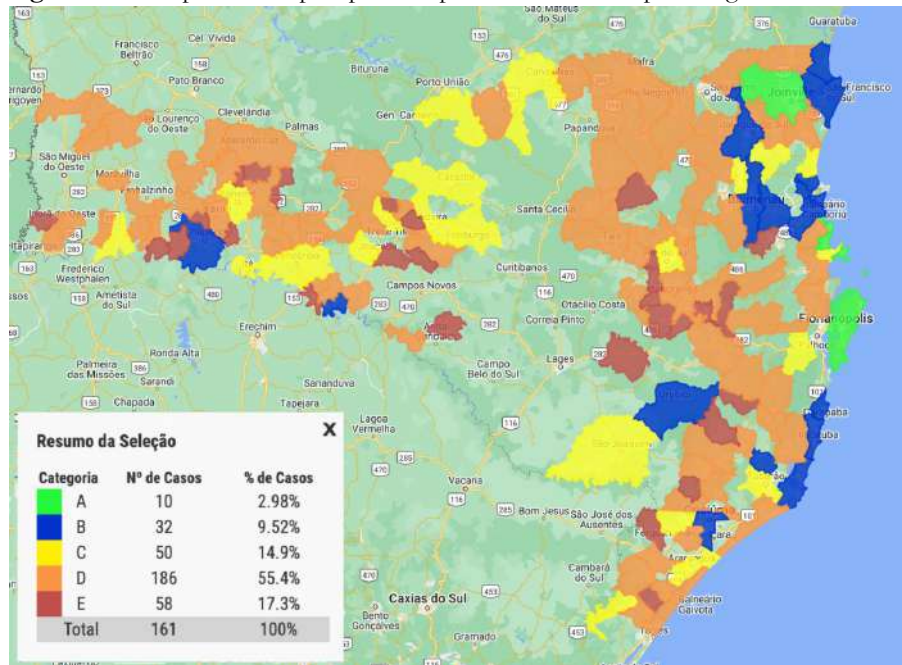
A categoria E também apresenta a moda de 20% e o seu maior percentual registrado é na Região do Caminhos do Alto Vale. Já se somarmos as categorias A e B, encontram-se os percentuais de 18% e 17% para as Regiões Encantos do Sul e Grande Florianópolis respectivamente, evidenciando a estruturação destas duas Regiões para o turismo, seguidas das Regiões Costa Verde & Mar, Grande Oeste e Serra Catarinense, com 14%.

Apresenta-se, na Figura 8, o Mapa do Turismo Brasileiro em Santa Catarina na versão mais atual. Logo, é possível afirmar que esta é uma importante ferramenta, disponibilizada pelo Ministério do Turismo através do Programa de Regionalização do Turismo, pois define os espaços geograficamente localizados, os quais são prioritariamente



utilizados pelo MTur para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas (MTur, 2022).

Figura 3 - Áreas prioritárias para políticas públicas de turismo por categorias - Ano 2022.



Fonte: Mapa do Turismo Brasileiro 2022 - MTur.

Percebe-se então, que o maior percentual das áreas territoriais faz parte da categoria D com 55%, seguida pela categoria E com 18%. Áreas pertencentes à categoria A, as quais tendem a oferecer melhor estruturação do setor, estão atualmente compostas por cerca de 3% do Mapa, representados na cor verde. Áreas estas, que possuem o menor percentual dentre as demais categorias e que se encontram espacialmente distribuídas na Região Leste do Estado de Santa Catarina, ou seja, de forma geral, no



litoral. Por fim, na categoria B percebeu-se que constam cerca de 10% dos municípios.

Conclusões

Com base na investigação, evidenciaram-se uma série de questões teóricas envolvendo a temática, por exemplo: a escassez de reflexões sobre políticas públicas de turismo que realmente abordam a regionalização como foco de suas diretrizes, o processo de categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro, o nível de efetivação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) em SC, estudos de caso sobre a regionalização em determinados Destinos Turísticos Municipais, análises diversas sobre o processo de governança turística, a articulação entre turismo e planejamento territorial, entre outras perspectivas.

A partir deste panorama teórico geral, identificou-se também que o processo de regionalização ainda está em fase de construção e fortalecimento nas Regiões Turísticas de Santa Catarina, e que é fundamental a elaboração e execução de esforços de forma estratégica, inclusive no que tange à alocação de recursos públicos, à integração, ao capital social, à governança turística, ao planejamento turístico e regional, entre outros aspectos.

Percebeu-se ainda, que o número de Regiões Turísticas, e suas configurações, tende a sofrer alterações, uma vez que os territórios são dinâmicos em seus respectivos capitais sociais, econômicos, políticos,



ambientais e em mais uma gama de variáveis exógenas, com tendência de crescimento no número de RT's e redução da quantidade de municípios.

Todavia, a pesquisa também evidencia que a atividade turística possui um importante potencial de contribuição ao desenvolvimento de um território ou um território turístico. Portanto, políticas públicas que ofereçam suporte na estruturação, planejamento, gestão estratégica, informação, ou ainda, monitoramento para o progresso do turismo, são consideradas extremamente positivas, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Evidenciou-se ainda, a ordem cronológica dos esforços públicos do Governo Federal na busca de um alinhamento estratégico geral com foco no planejamento municipal e regional do turismo, que tem início no MICT com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Posteriormente, no período do MTUR o Programa transforma-se no PRT, que vem sendo trabalhado no território brasileiro desde 2004, consolidando-se como política pública de planejamento turístico do Governo Federal há cerca de 20 anos, passando por momentos de revisões e atualizações.

Por fim, a investigação não identificou como catalisador destas transformações, na organização do turismo em Santa Catarina, um planejamento ou a gestão estratégica do setor pautada no médio e longo prazo. Mas sim, que as mesmas surgem das dinâmicas sociais e das



disputas de poder, carecendo da execução do que é instituído na Portaria que rege o PRT.

Cabe destacar também, que estão entre os compromissos dos interlocutores estaduais do programa, como Santa Catarina por exemplo: a definição de critérios complementares aos definidos na última Portaria; a realização frequente de oficinas, reuniões, mobilizações ou orientações técnicas, envolvendo aspectos relativos ao turismo, território e sociedade em geral; evitar o excesso de municípios em uma mesma região turística; adotar para a região turística um nome que transmita e valorize sua identidade (*branding*, identidade geográfica, cesta de bens e serviços, entre outros critérios); evitar regiões turísticas compostas por um único município; entre outras iniciativas. O responsável por este papel também tem uma enorme responsabilidade quanto à sustentabilidade turística.

Diante do que foi destacado, percebeu-se com a análise, que apesar das variações sofridas nos quantitativos das composições de municípios catarinenses no PRT, inclusive com redução do número de municípios no Mapa, ao longo dos anos esta política pública vem se consolidando no território catarinense. Essa consolidação ocorreu mais pela possibilidade de trabalho contínuo nas Presidências das RT's do que por trabalho e planejamento do Estado, ilustrando o potencial de contribuição do Programa junto ao planejamento e desenvolvimento territorial pautado no longo prazo.

Identificou-se também que os esforços empreendidos pelo Estado no desenvolvimento turístico concentram-se no litoral, reforçando um



modelo de turismo de massa, no segmento de Sol & Praia, em detrimento de outras oportunidades, como o Ecoturismo, o Turismo de Experiência, o Turismo Criativo, o Turismo Rural e o TRAF, entre outros. Sendo que estas possibilidades desperdiçadas possuem grande potencial de se trabalhar o setor com base em esforços voltados ao interior do Estado e a busca de um maior equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Dentre as principais mudanças nas regras do PRT a partir da nova Portaria, destaca-se a possibilidade contínua de ingresso no Mapa por parte dos Municípios e Regiões, possibilitando o trabalho contínuo dos interlocutores estaduais e regionais junto aos territórios, uma vez que anteriormente, essas mudanças ocorriam em lacunas específicas de tempo.

Acredita-se assim, que a investigação tenha alcançado seus objetivos e respondido a pergunta da pesquisa, auxiliando tanto na perspectiva gerencial e empírica da gestão pública do turismo, quanto na discussão científica no campo de políticas públicas de turismo e turismologia. Todavia, considerando suas limitações, acredita-se também que muito há ainda que se avançar, não somente em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo.



REFERÊNCIAS

ANJOS, F. A. dos; ANDRADE, I. C. F. de. **As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro – 2019 (MTUR)**. Turismo, visão e ação, 435-457, 2020.

ARNHOLD JUNIOR, M. et al. A categorização nas regiões turísticas de Santa Catarina. **Applied Tourism**, v. 3, n. 2, p. 274-295, 2018.

BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A. C. Gestão regional do turismo: participação e representação no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras – RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, p. 108-124, 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 11, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Políticas. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Portaria Ministerial nº 313, de 03 de dezembro de 2013**. Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências, 2013. <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf>> Acesso em: 16 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Programa de Regionalização do Turismo - PRT**. Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões, 2022. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=316>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **O Mapa do Turismo Brasileiro 2022**. Disponível em: <<https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013**. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2013/portaria-n-105-de-16-de-maio-de-2013>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.



BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2022**. Disponível em: <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtur-n-41-de-24-de-novembro-de-2021-362609866>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. **Experiências Geográficas em Torno de uma Abordagem Territorial**. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo. 1ª Edição p. 315 - 340. Expressão Popular. 2009.

COSTA, T.; LIMA, M. J. **Cooperação em turismo e desenvolvimento regional**. Estudos de Turismo e Gestão, v. 14, n. 4, p. 50-62, 2018.

COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. de M. A. **A governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 13, p. 55-70, 2019.

DREHER, M. T.; SALINI, T. **PPS de regionalização do turismo na região de Blumenau, Santa Catarina**. Gestão e regionalidade, v. 25, n. 74, 2009.

FERNANDES, L. M. M.; SOARES, J. R. R.; CORIOLANO, L. N. M. T. Governança na Política de Regionalização do Turismo no Estado do Ceará - Brasil. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n. 55, p. 95-108, 2020.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; TODESCO, Carolina; SILVA, Rodrigo Cardoso da. **A interiorização do turismo no Brasil**. 2022.

GOMES, C. C.; MARCUSSO, E. F. Turismo e territorialidade: o território da cerveja da Região Serrana do RJ como vetor da governança e do desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, 2022.

HONORIO, I. C.; ROCHA, I. de O. Políticas públicas de turismo na Legislação Federal e do Estado de Santa Catarina. **Revista brasileira de ecoturismo**, v. 13, n. 2, 2020.

IBGE, Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Cd-Rom. [Links], 2022.

LIMA e SILVA D.; CEMBRANEL, P.; RITA, R. M. **Public tourism in the State of Santa Catarina - Brazil**. Contemporary Tourism Challenges, 2022.



NATÁRIO et al. **O impacto do turismo das aldeias históricas de Portugal:** um quadro de análise. Finisterra v. 54, n. 111, p. 21-36, 2019.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial:** une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. Grenoble: Institut d Géographie Alpine, 2004.

SANTA CATARINA. **Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR.** Disponível em: < <http://www.santur.sc.gov.br> >. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

SEVERINO, S.; TOMASULO, S. **Planos estratégicos municipais de turismo do Estado de Santa Catarina – roteiros turísticos regionais:** um estudo. Turismo em análise, v. 23, n. 2, p. 408-436, 2012.

SOUZA E. B. C. de. **Territórios e Territorialidades:** Teorias, Processos e Conflitos. Capítulo: O Território e a Região: Análise de Políticas Públicas. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, p. 57-72, 2009.

TRANFIELD, D.; DENYER, D; SMART, P. **Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review.** British Journal of Management, 14 (3), 207–222. 2003.

UNITED NATIONS. **Earth Summit:** United Nations Conference on Environment and Development. 1992.

VIRGINIO, D. F.; FERREIRA, L. V. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo,** v. 13, n. 2, p. 162-182, 2013.

XAVIER, T. R.; TOTTI, K. Á. S.; RADDATZ, S. M. F. Aplicação do Programa de Regionalização do Turismo em uma instância de governança regional no Estado do RS, Brasil. **Turismo Visão e Ação,** v. 23, p. 86-109, 2020.

ZAGHENI, E. S. da S. **Estrutura de cooperação para redes interorganizacionais do turismo:** um estudo no município de Itajaí-SC. Tese de Doutorado, UFSC, 2011

FELISBERTO, H. M. P.; BRAMBILLA, A.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; CESÁRIO, M. F. P. A
IMPORTÂNCIA DO DESIGN NA HOTELARIA: um estudo de caso do Xilo Design Hotel
em João Pessoa – PB. In:



Ficha catalográfica

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

T938 Turismo & hotelaria no contexto da arquitetura e urbanismo 2
[recurso eletrônico] / Organização: Zilsa Maria Pinto
Santiago, Ricardo Alexandre Paiva, Elídio Vanzella. - João
Pessoa: Editora do CCTA, 2023.

Recurso digital (10,1 MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-331-6

1. Turismo e hotelaria. 2. Arquitetura. 3. Urbanismo.
I. Santiago, Zilsa Maria Pinto. II. Paiva, Ricardo Alexandre.
III. Vanzella, Elídio.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 338.48:640.41

Elaborada por: Susiquine R. Silva CRB 15/653

Direitos desta edição reservados à: GELINS/UFS Impresso no Brasil *Printed in Brazil*
Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.